



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO IV - Nº 48 - 2ª Quinzena de abril de 1993 - Cr\$ 5.000,00

Pela autodeterminação da Iugoslávia

Fora a intervenção dos aviões de guerra da OTAN

A crise econômica avança e com ela a carestia.

Responder com a Campanha Nacional de Luta que una os explorados numa frente única contra o governo antinacional e antipopular.

Que as centrais sindicais preparem a greve geral em defesa da vida das massas.

Aumentos de Mensalidades:

A UNE decidiu pela greve geral de estudantes para o dia 4/5.

Preparar desde já o movimento pelo ensino público e gratuito e fim de todod o sistema privado de educação. que a greve do dia 4/5 seja o ponto de partida para um grande movimento da juventude.

No plebiscito de 21/04:

Nem presidencialismo, nem parlamentarismo, nem monarquia

Voto Nulo ou Abstenção,
por um governo operário e camponês

Que tipo de crise econômica?

Os trabalhadores sentem na pele o resultado da crise econômica: a recessão traz desemprego em massa, a inflação de 30% ao mês reduz drasticamente os salários e a carestia se amplia. O governo promete retomar o crescimento e rebaixar a inflação, entretanto o que vemos é o oposto. O aumento das taxas de juros pelo Banco Central nestes dias indica a alta inflacionária, o que quer dizer mais arrocho salarial e carestia.

Por que é que os governos, uns após outros, não conseguem controlar os desequilíbrios e limitar a tremenda miséria das massas? Já não se pode culpar os salários pela alta dos preços, como sempre fizeram os políticos da burguesia. Também não se pode dizer que falta uma política monetarista, ou seja, manter altas taxas de juros e reduzir drasticamente o consumo da população. Já faz tempo que o país está em recessão e que as vendas se estagnaram. O crescimento da miséria está estampada na estatística oficial do IBGE, recém-publicada, em que se constata 32 milhões de indigentes.

Tem-se afirmado que o governo não aplica consequentemente a linha monetarista, sendo que continua gastando muito. No entanto, os fatos mostram o contrário: as taxas de aplicação estatal na economia se reduziram, as verbas sociais minguaram (educação, saúde, etc), a folha de pagamento do funcionalismo foi cortada com o maior arrocho de todos os tempos e até mesmo o exército, importante esteio do poder burguês, sofreu contenção.

Falta ainda a resposta dada pelos reformistas, que dizem o problema residir na falta de distribuição de renda. Ao que respondem os monetaristas que, se se aumentassem os salários, o Estado

quebraria de vez, as pequenas empresas baseadas no salário mínimo não aguentariam e a explosão de consumo aumentariam a inflação para cima de 80% ao mês. Os próprios reformistas do PT, como Mercadante, dão o braço a torcer e acabam por propor uma reposição salarial a conta-gota.

De todo jogo que se faz com a crise, as massas é que pagam. Os banqueiros tiveram uma grande lucratividade em 1992, como mostram os balanços. Todo grande capital, da cidade e do campo, altamente concentrado e monopolizado tem se defendido muito bem da crise, aproveitando inclusive dela para quebrar conquistas dos trabalhadores.

Certamente os representantes da burguesia jamais explicarão que tipo de crise econômica o Brasil enfrenta. Isto porque suas raízes estão na própria exploração do trabalho e na situação do Brasil como país oprimido pelo imperialismo. A superexploração das massas, a expulsão de milhares de camponeses da terra, o predomínio dos latifundiários arcáicos e a alta taxa de monopolização dos ramos fundamentais da produção explicam a falência do capitalismo, considerado na sua dependência do mercado e do capital financeiro internacionais.

Não é por acaso que 65% do Orçamento da União, recém aprovado, está destinado a pagar a dívida interna e externa. As privatizações, a reforma fiscal (IPMF) antipopular, o arrocho do funcionalismo, o projeto de extinção da aposentadoria por tempo de serviço, os cortes sociais, etc objetivam arranjar fundos para sustentar o parasitismo do capital financeiro nacional e internacional.

A sangria do país pelo saque impe-

rialista e a superexploração das massas, combinadas com a recessão mundial, conduzem à crise econômica e financeira. A economia política do proletariado responde a ela através da luta revolucionária, que consiste em defender a fundo as reivindicações vitais dos explorados, tendo à frente o salário mínimo real e o emprego, ligadas com a luta antiimperialista e anticapitalista.

A burocracia sindical e seus mentores reformistas renunciam lutar pela defesa física dos assalariados e alimentam a ilusão de que a solução está no capitalismo democrático. O proletariado deve dizer não aos falsos lutadores e se colocar em pé-de-guerra contra a burguesia e seu sistema econômico decomposto.

CONTRA A CRISE ECONÔMICA, POR UMA CAMPANHA NACIONAL DE LUTA, QUE UNA OS EXPLORADOS NUM SÓ MOVIMENTO.

PELO SALÁRIO MÍNIMO REAL DE 10 MILHÕES!

PELO REAJUSTE AUTOMÁTICO DOS SALÁRIOS

PELA REPOSIÇÃO DE TODAS AS PERDAS

PELO FIM DAS DEMISSÕES E DESEMPREGO

PELA REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO, PARA QUE TODOS TENHAM EMPREGO

**PELA TERRA AOS CAMPONESES
PELA MORADIA AOS SEM-TETO**

PELO FIM DAS DESESTATIZAÇÕES

PELA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

POR UM GOVERNO OPERÁRIO E CAMPONÊS

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A
DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CE - CEP 60001-970

O PT na corrida presidencial

Os dirigentes dos maiores partidos burgueses, como o PMDB, PFL, PSDB, avaliam que depois do plebiscito a crise governamental vai se aprofundar, uma vez que a corrida presidencial para 1994 se intensificará, o que implicará em maior isolamento de Itamar. O deputado do PT, José Genoíno, um dos maiores defensores da governabilidade de Itamar, surpreendeu com a defesa de antecipação das eleições gerais frente à crise política. Embora esta idéia não tenha progredido, indica muito bem a situação de frangalhos do governo saído do impeachment.

O problema maior da desintegração governamental para a burguesia é o receio da polarização das candidaturas de Lula e Maluf. Frente a isso, o PT lançou uma cruzada para convencer o grande capital de que não há perigo algum para seus interesses capitalistas.

O candidato Lula, que se reuniu em março com os grandes latifundiários do centro-oeste e em abril com poderosos empresários, foi claro no seu objetivo. Ou seja, o de convencer os capitalistas de que o PT não tem um programa de ruptura com o poder econômico e que não afetará o mecanismo de exploração do trabalho. Demonstrou aos latifundiários que as terras produtivas são um santuário "imexível". E procurou convencer os chefes da exploração do trabalho de que o PT é a favor da privatização e integração do Brasil no mercado mundial, aos moldes impostos pelo imperialismo.

O fato é que o PT está levando às últimas consequências sua estratégia de um governo de coalizão burguesa. Este aparece como solução para a crise do regime político. O PT tem o trunfo da CUT. Se desde Collor os sindicatos têm sido

colocados a serviço da governabilidade e da conivência com as medidas de crise capitalista, como o desemprego em massa, com o governo democrático e popular de Lula se transformariam em verdadeiros pilares do Estado. O chamado "quebra-gelo" de Lula com os empresários não visa convencê-los em palavra, ocorre que para se ganhar uma eleição presidencial é necessário muito dinheiro. Este está nos cofres dos capitalistas. Para isso, a cúpula petista da Articulação não esconde sua disposição de elaborar um plano de governo juntamente com as várias frações capitalistas, consideradas progressistas e modernas do ponto de vista do investimento de capital. Completa esse quadro a subserviência do PT à burguesia o encontro do candidato Lula com autoridades das embaixadas norte-americana e da Comunidade Econômica Européia. O assessor de Lula para questões internacionais declarou abertamente de que o PT fará um governo escorado no apoio das potências imperialistas. A submissão é tanta que se explicou que o PT não tem como posição de princípio a defesa do estatismo contra a privatização, tão exigida pelo FMI.

Agora, os trabalhadores podem ver como os socialistas-democratas do PT jogam com o controle que tem sobre a CUT e sobre uma parcela importante dos sindicatos para negociar na cúpula com a burguesia a sua possível chegada ao governo federal. Frente à desagregação do governo Itamar, os petistas se preparam junto à burguesia para sustentar o regime burguês de exploração do trabalho. A denúncia desta política pró-capitalista é fundamental para as massas compreenderem a necessidade de construção do partido da revolução proletária.

Continua a Escola de Quadros do POR

A escola de quadros iniciada em fevereiro se realiza todos os sábados. Conta com a presença de militantes e simpatizantes do POR. A discussão sobre os Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista tem revelado a pouca formação teórica e, ao mesmo tempo, a vontade política de superar esse problema.

Uma lição importante da escola de quadros é a necessidade da disciplina no estudo, no debate e na participação. O êxito dela está na dependência dessa compreensão, o que vem sendo alcançada. Uma amostra é o acompanhamento sistemático, a preparação e as discussões organizadas.

A formação política dos militantes é fundamental para que se transformem em verdadeiros revolucionários profis-

sionais. A experiência marxista traduzida pela Internacional Comunista tem contribuído à formação militante dada à sua atualidade. Resoluções como: "A questão sindical; Métodos e táticas de intervenção; A questão do partido; A questão Agrária", são resoluções vivas, diante da situação de desintegração do capitalismo. Trata-se de assimilar essa rica experiência e traduzi-la nas condições objetivas do país semicolonial.

A continuidade dessa primeira escola de quadros do POR será de importância vital para o crescimento e elaboração coletiva dos poristas brasileiros. As próximas reuniões debaterão a questão nacional e, por fim, a questão da discriminação (mulheres, negros, etc).

Prizatição da CMTC É hora de reagir

O prefeito Paulo Maluf, em consonância com a política neoliberal de se utilizar o patrimônio estatal para enriquecer ainda mais os capitalista, anunciou a privatização da CMTC. Isto explica porque os empresários de frotas coletivas não reagiram frente à extinção do mecanismo de municipalização de Erundina, tão favorável aos seus cofre. Será mais vantajoso pôr as mãos sobre a CMTC e estabelecer o monopólio dos transportes em poder de algumas empresas.

Se o PT, com seu governo democrático e popular, não cumpriu o programa de estatização de todo o sistema coletivo de ônibus, com o qual foi eleito, o Sr. Maluf é conseqüente na sua política de liquidar com o transporte municipal. Erundina não estatizou e favoreceu os empresários com altíssimos subsídios, Maluf dá um passo à frente no entreguismo.

O preço das passagens está insuportável. A tendência é se agravar com o monopólio privado. É necessário que o sindicato faça um chamado aos trabalhadores pela estatização de toda frota, não à privatização e pelo congelamento dos preços das passagens.

O IMPERIALISMO IMPÕE O SUCATEAMENTO DA INDÚSTRIA NACIONAL

Recentemente a imprensa burguesa, Folha de São Paulo, divulgou que na última década, o investimento no setor industrial foi reduzido pela metade. Isto é, em 1992, a taxa correspondeu a 4,08% do PIB, enquanto que, em 1980, era de 8,12%. Além disso, afirmou que o parque industrial está envelhecido. Que a idade média dos equipamentos é de 11 a 14,8 anos no setor têxtil; 15,3 anos na indústria pesada e 17,9 anos na siderurgia, enquanto que no Japão é de 6 anos. Informou também que, segundo Aldo Lorenzetti, FIESP, "esse atraso tecnológico é irreversível a curto prazo e que se agravou com a recessão e abertura do mercado".

Como se vê, o Brasil é um país de economia atrasada

que, para sair dessa condição semi-colonial precisa desenvolver as suas forças produtivas. No entanto, além de não conseguir desenvolvê-las, nos últimos anos, a economia vem retrocedendo.

O Brasil está inserido na economia mundial capitalista, de acordo com a lei geral do desenvolvimento desigual e combinado, isto é, encontra-se na condição de país oprimido pelas metrópoles imperialistas.

É essa relação que determina que suas forças produtivas estejam de acordo com os interesses metropolitanos, isto é, que sua economia seja raquítica para continuar um país oprimido. E, com a profunda crise de superprodução nas metrópoles, a nova ordem é recolonizar, isto é, reduzir mais ainda a capaci-

dade produtiva nacional, através da abertura do mercado para desova dos produtos metropolitanos, plano de desestatizações, etc. Essas imposições implicam num agravamento dos desequilíbrios regionais, isto é, reconcentração do capital nas mãos dos magnatas, com o sucateamento de uma parte do parque industrial, fechamento das fábricas que não conseguem concorrer, demissões em massa e, finalmente, aprofundamento da crise social, em função aumento da fome e miséria no país.

A retomada do crescimento econômico não vai acontecer a curto prazo, como afirma Lorenzetti, pois depende da libertação das forças produtivas, que estão condicionadas e amarradas

pela propriedade privada dos capitalistas imperialistas.

A burguesia nacional é incapaz de se opor aos ditames das metrópoles. Por isso coloca o Estado a serviço da destruição de parte das forças produtivas nacionais.

Os reformistas petistas, por sua vez, como os Vicentinhos, etc, procuram iludir os assalariados de que o governo burguês tem condição de elaborar planos de combate à recessão sem mudar os objetivos do imperialismo. Nada mais falso e utópico.

A revolução proletária é a única via capaz de expulsar o imperialismo, libertar as forças produtivas e organizar a economia nacional para dar emprego e vida digna a todos.

Rio de Janeiro

Cresce os saques aos supermercados

Em menos de 10 dias já somam mais de 16 saques a supermercados. Só em Duque de Caxias (Baixada Fluminense) ocorreram seis. Esses saques são feitos por grupos que invadem os supermercados e padarias levando gêneros alimentícios.

Os patrões, representados pelas Associações dos supermercados, afirmam que se trata de grupos organizados. A polícia do Rio determinou a investigação do Cinap (Coordenadoria de Inteligência e Apoio Policial) para apurar a origem desse movimento. Em seguida, determinarão a ação da polícia federal para reprimir mais violentamente os saques. O governo e os comerciantes querem identificar a ação dos saques como sendo grupos organizados e com interligação com os camelôs. Procuram sensibilizar a

população com o argumento de que roubam bebidas importadas, bacalhau, ovos de páscoa, azeite, ou seja, produtos finos e não gêneros de primeira necessidade. A pergunta que devemos fazer é se o saque fosse de arroz e feijão a ação do governo e dos empresários seria diferente? A resposta é não.

Os saques vêm sendo reprimidos em todo o país. Haja vista os acontecimentos no Ceará. No Rio já são mais de 17 pessoas presas pelo mesmo motivo. O Estado se arma para enfrentar as ondas de saques e para proteger a propriedade privada dos grandes comerciantes.

No Rio de Janeiro, o crescimento do desemprego, de favelas e moradores de rua tem sido assustador. A miséria tomou conta da cidade. Os governos já se mostraram incapazes

de solucionar esse problema. Ao contrário, têm se colocado favoráveis à política neoliberal, que só traz mais arrocho, desemprego e fome para os trabalhadores. A via do saque é a forma encontrada para que centenas de famílias não morram à mingua. Nesse sentido, o saque é uma das manifestações da ação direta das massas contra o regime de exploração do trabalho.

Nada de repressão ao saque! Que o governo imediatamente dê emprego a todos! Que eleve o salário mínimo ao seu valor real de 10 milhões de cruzeiros! Que os sindicatos organizem as lutas operárias e as coordene com o movimento popular de defesa da vida dos explorados. Que os famintos saqueiem os ricos supermercados, mas que não morram de fome!

32 milhões de pessoas passam fome

35 mil toneladas de alimentos apodrecem

As recentes denúncias dos estoques de grãos que estão apodrecendo nos armazéns são mais uma prova da anarquia do sistema de produção capitalista. Ou seja, uma minoria da população tem acesso a todos os bens produzidos (alimentos, educação, saúde, moradia, etc), enquanto que a maioria é despojada até mesmo das condições elementares de sobrevivência.

No Brasil, um país capitalista atrasado, as disparidades sociais têm se avolumado. São 32 milhões de pessoas passando fome e 10% da população se apropriando de quase 50% de tudo que é produzido.

A situação se agrava ainda mais com o desperdício nacional da produção agrícola. Perde-se na colheita, no transporte e na armazenagem. O próprio governo diz que 20% da produção agrícola é perdida.

Porém, o fato mais grave são os estoques governamentais de milho e arroz que estão se deteriorando. Nada menos que 35 mil toneladas estão para se jogadas no lixo. Ao mesmo tempo, a população se vê obrigada a saquear os supermercados para não morrer de fome.

Essa contradição é inerente ao regime de exploração do trabalho. Na medida em que esse sistema se desagrega, traz à tona essas contradições. Isto é, a anarquia do modo de produção capitalista.

Os armazéns abarrotados de alimentos se chocam com a barriga vazia de milhões de trabalhadores. Por isso, a ação de ocupar esses depósitos e os saques têm sido a forma para amenizar a fome. Sabemos que a resolução desse problema não se encontra nas mãos dos deputados e nem do governo burguês. Pois ambos têm como objetivo a manutenção do regime de exploração do trabalho. Por essa via, a fome não será extinta. Também o puro saque não passará de um meio passageiro.

A solução está nas mãos dos próprios trabalhadores organizados. Há que preparar, desde já, para reverter esse quadro miserável que assola o país. Chamamos a CUT e sindicatos a romperem com o governo e organizarem as massas trabalhadores para enfrentar o regime de exploração do trabalho. Chega de conciliar com o governo que impõe a fome à 32 milhões de brasileiros. Chega de ser coniventes com o desperdício e as disparidades próprias do capitalismo!

REAJUSTE DO FUNCIONALISMO:

Itamar apóia a proposta de arrocho salarial do ministro petista

Depois de cansativas discussões entre os ministérios da Fazenda e do Trabalho, Itamar arbitrou concedendo 33% de reajuste ao funcionalismo.

Barelli e Erundina se vangloriam de ter conseguido essa migalha, classificando-a como uma "vitória" sobre o direitista Resende, uma vez que o índice proposto por ele chegava no máximo a 18,5%.

Todos sabem que o índice proposto por Barelli de 36,67% corresponde a 60% do IRSM acumulado em janeiro e fevereiro, e que, portanto, Barelli reivindicou apenas uma parte das perdas salariais, pois objetivava conseguir nas negociações um índice próximo e que estivesse de acordo com os cofres públicos. Além disso, que fosse capaz de evitar protestos nos quartéis contra os baixos salários.

Como se vê, o ministro petista vem elaborando fórmulas para evitar os choques dos assalariados com o governo pró-imperialista de Itamar, que sucateia os serviços públicos e ataca violentamente as condições de vida do funcionalis-

mo.

O ministro petista é incapaz de defender as perdas salariais totais do funcionalismo e até mesmo o salário mínimo do DIEESE, pois o seu papel não é de defender a sobrevivência dos assalariados e sim de tentar salvar o Estado decadente. Essa é mais uma demonstração de que o PT se tornou um braço do Estado burguês e que intervém no movimento operário para bloquear a luta de classes e impedir o desenvolvimento da revolução no Brasil.

Entretanto, apesar das manobras na cúpula governamental, para ludibriar os trabalhadores, o descontentamento com os míseros 33% é grande. Cabe ao sindicato e a CUT organizar a greve dos federais, exigindo a reposição integral. Enquanto o governo esbanja milhões com os usineiros, a corrupção anda solta e o país destina uma fábula de seu orçamento para a dívida interna e externa, Itamar e seus ministros procuram manter o insuportável arrocho. A resposta a esta situação deve ser a luta.

Minas Gerais

Continua a greve dos funcionários públicos

Os funcionários públicos estão em greve há um mês. Exigem do governo Hélio Garcia o reajuste salarial e a reposição de parte das perdas salariais. Por isso, reivindicam a reposição de 200% até 2000%. Veja a que ponto chegou o salário dos funcionários do estado de Minas.

Os grevistas fizeram uma grande manifestação por todo o Estado, fechando as principais rodovias, como a Rio-Bahia, como forma de pressionar o governo para que atenda imediatamente suas exigências elementares. A ocupação das rodovias provocou um confronto com a polícia.

Os governos estaduais, Hélio Garcia, Fleury, Brizola e outros vêm

sucateando os serviços públicos, para manter o Estado em condições de pagar o seu endividamento com o imperialismo. Cumprem, portanto, uma meta traçada pelos países credores.

A greve dos funcionários de Minas Gerais mostra o caminho próprio da luta dos trabalhadores contra o Estado privatista. O método da ocupação e resistência é a forma concreta que necessariamente caminha os movimentos grevistas. Portanto, todo apoio à luta dos grevistas! Que a CUT se lance imediatamente por uma campanha nacional de luta, de forma a romper com o isolamento do movimento radical dos funcionários mineiros.

09 e 10 de abril de 1993

Dois Encontros das Esquerdas

A cisão da Frente Revolucionária de Esquerda, formada a quase 1 ano atrás com a expulsão das correntes opositoras no PT, deu lugar ao Encontro do Alinhamento (9/10 abril) e do Encontro da Frente Socialista (9/10/11-abril). O Alinhamento decidiu manter a continuidade da Frente Revolucionária de Esquerda e a Frente Socialista lançou um novo partido, denominado Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU). Tal cisão ocorreu devido ao fato das correntes do Alinhamento se oporem ao veto da Convergência Socialista à participação na Frente Revolucionária da T.POR, CO e PRO.

O fenômeno frentista que se iniciou com as expulsões do PT é fruto da profunda crise político-ideológica das esquerdas ligadas ao reformismo petista, de um lado, e, de outro, dos agrupamentos originários do PCB, que vêm pouco a pouco revisando seu passado estalinista, ou seja, as concepções reacionárias pró-capitalistas de Stalin.

A aspiração esquerdista de um PT eleitoral radical e independente da burguesia se mostrou irrealizável. Tal partido vem assumindo cada vez mais posições pró-capitalistas e pró-imperialistas, capitulando diante da política neoliberal de privatização e mais abertura da economia nacional ao capital estrangeiro. As esquerdas parasitárias do PT-eleitoral e democratizantes se viram tolhidas pela direitização e aburguesamento do partido.

Os agrupamentos originários do PCB, como o Partido da Libertação Proletária, também orbitavam em torno do PT, apoiando-o nas eleições. Como na sua revisão do estalinismo - o PFL não alcançou compreender a estratégia da revolução e ditadura proletárias, não pôde desenvolver as bases programáticas do partido revolucionário. Acabou por se dividir em duas alas no seu 3. Congresso: uma, que se denominou Partido da Frente Socialista (PFS), se fundiu com a Convergência Socialista na perspectiva de um grande partido eleitoral-esquerdista, que acaba de surgir com o PSTU, e outra, que manteve o nome de Partido da Libertação Prole-

tária, cuja evolução para o marxismo está em andamento, uma vez que questiona a construção do partido integrado à democracia burguesa, permaneceu no Alinhamento.

O aguçamento da crise do Estado burguês e da luta de classes vêm obrigando maior definição das múltiplas correntes de esquerda. A própria expulsão das esquerdas do PT decorreu da necessidade do reformismo direitista sustentar a bancarrota do regime político dos exploradores e sua débil democracia. É compreensível que a Convergência Socialista avance suas posições da democracia radical pequeno-burguesa a procura de um partido centrista, que oscile entre o proletariado e a burguesia, fundindo-se com o PFS e outros grupos oportunistas desgarrados da crise do PT.

O Alinhamento indica um deslocamento de uma parcela militante em defesa do partido revolucionário, porém de maneira completamente empírica e com posições políticas tão heterogêneas quanto distorcidas, abrigando inclusive anti-marxistas, como o PRO, que nega a estratégia da revolução proletária.

Os dois Encontros e a formação do PSTU demarcaram uma nova etapa na evolução política da esquerda fragmentada. Enquanto persistir as tendências democratizantes da pequena burguesia no quadro da crise de Estado e o proletariado continuar amarrado pela burocracia sindical, o centrismo esquerdista poderá ganhar fôlego, servindo de obstáculo à estruturação da vanguarda em torno do partido operário revolucionário. Mas tudo indica que poderá haver um importante deslocamento à esquerda de uma parcela militante, como demonstrou o Encontro do Alinhamento. É necessário desenvolver uma firme política de frente prática na luta de classes e de luta programática em defesa do partido operário revolucionário.

Mantida a Frente Revolucionária de Esquerda

O Alinhamento não aceitou a dissolução da Frente pela Convergência Socialista. Manteve o Encontro Nacional e convidou as organizações vetadas a se integrarem. O convite pôde ser aceito porque não se colocou nenhuma condição prévia e porque se abriu a discussão para se assentar novas bases para a Frente Revolucionária. Foi muito importante o fato do Alinhamento não impor a Carta de Princípios redigida na ex-Frente, com a qual a T.POR tem total divergência.

De fato, as discussões de plenário foram democráticas e coletivas pelas condições como foi realizado o Encontro. A tremenda heterogeneidade não impediu que as organizações presentes se colocassem no terreno frentista, uma vez que as resoluções tomadas são do ponto de vista da luta de classes e da ação direta das massas. Entretanto, a organização Causa Operária rompeu no final com o Encontro, sob a base de uma questão completamente injustificável. Não admitia integrar uma Frente em continuação e propunha transformá-la em um Comitê pró-Frente Revolucionária. Desconheceu que o Alinhamento surgiu da oposição aos vetos e que, devido a sua insistência em ampliar a Frente, foi excluída pela CS e seus satélites.

A T.POR considerou correta a atitude do Alinhamento em manter a Frente Revolucionária de Esquerda como resultante da cisão de fato ocorrida, já que não se tratava de sustentar as premissas da Carta de Princípios de caráter abstrato e oportunista. O rompimento de Causa confirmou a sectária caracterização do Alinhamento, por considerar apenas os acordos sem princípios com a Carta, deixando de lado o significado progressista da luta contra os vetos.

Se não fosse assim, todos estariam no PSTU eleitoral social-democrata. Com todas as limitações, confusões e conservadorismos, o Alinhamento rompeu pela esquerda, abrindo uma nova etapa evolutiva. A luta revolucionária em seu interior será fundamental para sua evolução.

O ultimato de Causa Operária (CO)

O condicionamento de CO de permanecer na Frente apenas no caso desta se constituir num comitê pró Frente Revolucionária desconheceu toda trajetória de choques que levaram à cisão. Não reconheceu na defesa do Alinhamento contra os vetos o fator mais positivo. Apegou-se ao fato deste ter se adaptado à formulação da chamada ética da Carta de Princípios, com a qual a CS manejou sua política de vetos. Assim não pôde ver o movimento contraditório dos acontecimentos

Enquanto a CS se utilizava da Ética para o veto, o alinhamento defendia a participação das correntes acusadas para que tudo se esclarecesse e a discussão se desse sobre a base de divergências políticas. Da mesma forma que o veto foi utilizado contra a T.POR, CO e PRO, também o foi para excluir o Alinhamento de maneira arbitrária e burocrática.

Sabemos perfeitamente que o Alinhamento, com todas sua debilidade e traços de oportunismo próprio da heterogeneidade, surgiu como oposição à constituição de um partido centrista eleitoreiro, adaptado à situação de crise de regime e às quebras do PT. Frente às posições da CS, o Alinhamento se apresentou como uma ruptura à esquerda.

Causa Operária passa por cima deste fenômeno concreto, levanta a bandeira de um partido alternativo ao PT como fruto de uma frente de esquerdas, critica a idéia de um partido ideológico, considera unilateralmente um retrocesso a ruptura da Frente da CS com o Alinhamento e, finalmente, exige que o Encontro se transforme num movimento por uma Frente de Esquerda, objetivando recompor a antiga Frente Revolucionária de Esquerda com a CS. Que Causa Operária pensasse assim, não havia grandes problemas, mas condicionar a sua participação ao Comitê pró-Frente Revolucionária foi o cúmulo do ultimato.

No momento da saída, os ultimatas perguntaram qual era a proposta do Alinhamento para Causa Operária, que afinal de contas havia trazido a proposta de transformá-lo em Comitê pró Frente Revolucionária de Esquerda, e a res-

posta foi "que fiquem na Frente". Um de seus militantes, então, propôs que a Frente determinasse um tempo para CO decidir, que poderia ser uma semana, etc. A resposta do plenário foi: "não há tempo algum a ser dado, quando CO quiser que peça o ingresso". Ocorre que CO necessitava do resultado do Encontro da Frente Socialista para avaliar sua política ultimata. É provável que, com a formação do PSTU, CO venha correndo para a Frente Revolucionária de Esquerda. Se não prevalecer o oportunismo, certamente prevalecerá o ultimato sectário.

Plano e Campanha de Luta

O Encontro discutiu entre outros pontos de pauta a situação internacional e nacional. As diferenças gritantes de análises de posições impediram o aprofundamento da compreensão da crise capitalista e a consequente extração das tarefas políticas. Entretanto, alguns pontos unânimes significaram um considerável avanço.

Evidenciou-se o acordo de que a desintegração mundial do capitalismo tem obrigado o imperialismo a endurecer a opressão nacional e a atacar importantes conquistas do proletariado mundial, tanto no Leste Europeu quanto nos países semicoloniais. Houve até certo ponto um acordo sobre a importância da luta antiimperialista, haja vista a formulação da campanha contra as privatizações, a defesa do método de ocupação de fábrica e do controle operário da produção, bem como a necessidade da defesa da autodeterminação dos povos oprimidos e, particularmente, de Cuba.

Analisando a crise do Brasil, houve unanimidade quanto à tarefa de quebrar o bloqueio do movimento de massa, imposto pela burocracia sindical, pelo reformismo petista e seus aliados. Aprovou-se a bandeira de Campanha Nacional de Luta, que tenha por base as reivindicações vitais dos trabalhadores, como o salário mínimo real, reajuste automático, fim do desemprego, redução da jornada de trabalho, moradia, escola e saúde para todos.

Ela estará contraposta ao pacto social informalmente vigente e ao eleitoralismo. A Frente lançará a bandeira de

que a CUT rompa com a conciliação de classe e se coloque pela mobilização nacional das massas contra o governo burguês de fome e miséria.

Quanto ao Plebiscito, confirmou a defesa do voto nulo ou abstenção e a campanha de rua. A Frente Revolucionária também se comprometeu desprezar um movimento nacional pela libertação dos camponeses da Fazenda Santana (Paraná) e pelo direito à auto-defesa dos explorados diante da repressão.

Estas campanhas, se levadas a fundo nos sindicatos, bairros operários, escolas, etc, poderão projetar a Frente como um instrumento de ação direta e de unidade dos explorados na luta de classes.

Funcionamento da Frente

Acordou-se que a Frente deve ter um funcionamento regular, que lhe possibilite uma certa centralização na intervenção. A base de estruturação serão os comitês frentistas ligados às lutas e aos problemas dos trabalhadores. Para unificar sua ação, formarão as coordenações regionais e nacional. Haverá um boletim interno para se processar as discussões, apenas iniciadas no Encontro e para a formação política de seus quadros militantes.

A coordenação deverá se responsabilizar por fazer cumprir os pontos aprovados no Encontro e impulsionar o trabalho unitário dos comitês de base, que deverão ser os instrumentos de intervenção nas lutas locais e de organização das campanhas nacionais. Os militantes de conjunto deverão se apoiar nas resoluções do Encontro, que essencialmente conduzem ao combate à exploração e à independência de classe dos explorados.

Quanto mais ativos e unificados forem os comitês mais a Frente se projetará politicamente na linha de independência revolucionária da burguesia e seus seguidores reformistas. O desenvolvimento prático da Frente, sem dúvida, ajudará a elucidar as divergências e a tamanha heterogeneidade.

A questão do Partido

Este ponto de pauta foi discutido conjuntamente com o balanço da ruptura havida com a Frente integrada pela

Convergência Socialista. Verificamos a aspiração comum pela construção do partido revolucionário, porém há condições insuperáveis entre a concepção leninista e anti-leninista.

A diversidade de pontos-de-vista comprovou ser um obstáculo para as diversas correntes se colocarem no terreno comum de construção do programa da revolução proletária. Somente o desenvolvimento da frente prática no seio das massas poderá promover a seleção da vanguarda e superar entre as correntes posições tão divergentes. Nesta seleção, deve-se separar os marxistas dos antimarxistas, que só pode ocorrer através do avanço programático e da ação prática.

A via frentista de fusão de correntes distintas sob a base de pontos comuns, omissão e exclusão das divergências de princípios não gera o partido marxista, mas sim centrista democratizante, como o que acaba de ser lançado pela Frente Socialista.

Foi importante o rechaço da Frente à visão de um partido alternativo ao PT, por traduzir conotação democrático-eleitoral de esquerda. Entretanto, a discussão serviu apenas para se expor as várias visões do problema do partido. O essencial é que o Encontro compreendeu que se tratava de dar um caráter de Frente de ação à militância, para assim amadurecer os choques de posições sobre a via de construção do partido.

A T.POR expôs com clareza sua visão de que a tática frentista para se formar um partido é equivocada, pois conduz a um partido centrista, uma vez que se busca a junção de posições distintas de forma artificial. Porém, não deixou de defender que um trabalho de frente de luta de massa possibilita a vanguarda evoluir e avançar rumo à construção do partido revolucionário marxista leninista. A intervenção da T.POR veio nesse sentido. Por isso, não nos furtamos em defender no Encontro a concepção do partido internacionalista, que como tal se dirige à reconstrução da IV Internacional.

As discussões inacabadas e confusas do Encontro mostram a necessidade de se prosseguí-las, de forma que não sejam um entrave para a constituição da frente prática de luta antiimperialista e

anticapitalista.

As possibilidades da Frente de Esquerda

A Frente jogará um papel progressivo se possibilitar a unidade das correntes na organização de movimentos de massa e diferenciação do reformismo. O enfrentamento com os partidos da burguesia e a burocracia sindical, que anula a luta direta dos trabalhadores, é fundamental para fazer da Frente um instrumento de combate classista. Um trabalho sistemático de independência de classe poderá impulsionar a formação de comitês de base da Frente.

As tendências de radicalização das lutas operárias e populares são o fator fundamental para a Frente ir assumindo um caráter massivo e organizador da vanguarda. A linha traçada pelo Encontro de se ligar às tendências de luta, potenciá-las com campanhas e opô-las ao colaboracionismo reformista do PT permite às correntes trabalharem unitariamente.

Entretanto, é necessário considerar a tremenda confusão política e a equivocada idéia aparelhista da frente para se formar artificialmente um partido. Este fator poderá servir de obstáculo à concretização das resoluções tomadas. O setor mais consistente da Frente terá de travar a luta para colocar a Frente em sintonia com as lutas e traduzir sua resolução de campanha nacional contra a fome, a miséria e o governo burguês.

Neste sentido, as organizações não poderão medir esforços por se integram nos comitês de base, planejar as ações e concretizar a resolução do Encontro. As coordenações regionais e nacional deverão trabalhar intensamente para unificar a ação da Frente e responder a novos problemas da situação de crise que tende a se agravar.

O novo PSTU

O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado nasceu da fusão da Convergência Socialista com as correntes Partido da Frente Socialista, Liga Operária, Democracia Operária, Movimento Socialista Revolucionário e Núcleo de Independência Proletária. O documento básico da fusão foi a Carta

de Princípios da Frente Revolucionária de Esquerda, extinta pela CS e mantida pelo Alinhamento. Tal documento se caracteriza por ser um amontoado de posições e por não definir a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Em sua essência reproduz a bandeira da CS do governo dos trabalhadores, estratégia adaptada às condições eleitorais e à democracia burguesa em geral. O internacionalismo expresso não passa de declaração abstrata, o que não considera a tarefa de construção da IV Internacional.

A corrida para formar o PSTU responde à corrida por sua legalização no Tribunal Eleitoral, objetivando as eleições de 1994. As divergências na escolha do nome (PSTU), Partido do Movimento Socialista (PMS) e Partido Socialista Revolucionário (PSR) não foi por acaso. Originariamente a militância da CS estava pelo PSR. O PSTU foi a sigla escolhida para diluir o termo revolucionário e aproximar-se da sigla dos trabalhadores.

Mas o fundamental está no fato da CS, que se reivindica do Programa de Transição da IV Internacional, se fundir com correntes anti-trotsquistas sem que estas tivessem evoluído de fato para o marxismo. Esse passo dos morenistas é mais uma comprovação do seu revisionismo e de sua política centrista, baseada na estratégia do governo dos trabalhadores e na tática da democracia radical eleitoral.

Uma nova experiência será realizada pela militância da CS, jogada a uma aventura com a formação do PSTU. O partido antileninista, frouxo e oportunista, logo se chocará frontalmente com o aguçamento da luta de classes. Poderá ter algum êxito, como ocorreu com o MAS argentino, mas não poderá avançar muito com a democracia pequeno burguesa radical.

O PT é a prova de que, para se progredir eleitoralmente, é necessário grandes compromissos com a burguesia. A vanguarda mais consciente deve avaliar corretamente essa aventura centrista e se colocar pela formação de um autêntico partido marxista leninista trotsquista, ou seja, o partido programa voltado a organizar a revolução proletária.

Paraná

Liberdade imediata aos camponeses presos na ocupação da Fazenda Santana

A repressão ao movimento sem-terra no Brasil tem se tornado uma prática constante por parte dos latifundiários e governos. O que evidencia a incapacidade da classe dominante de solucionar o grave problema da falta de terra aos camponeses pobres.

A concentração de terra nas mãos de poucos latifundiários e a enorme quantidade de camponeses sem terra vem se agravando dia a dia. Isso por si só indica a profundidade da luta de classe no campo. São inúmeras as ocupações de fazendas e, também, já são milhares de camponeses que foram atingidos pela repressão do Estado burguês. Haja vista os acontecimentos de Bajé (Rio Grande do Sul) e, agora, dos ocupantes da Fazenda Santana (Paraná).

Os assentamentos prometidos pelo governo já provaram que são uma farsa. Não passam de discursos demagógicos em épocas eleitorais. Na realidade, o camponês sem-terra tem ocupado e, muitas vezes, resistido aos brutais despejos.

Porém, o movimento pela ocupação no campo permanece isolado, sob a orientação da política reformista. A ausência dos comitês agrários, de auto-defesa e ampliação desses organismos a nível nacional têm facilitado a ação da polícia e dos latifundiários. A superação desse problema é vital para o movimento sem-terra.

O problema de terra no Brasil será resolvido pelas próprias mãos do proletariado em aliança com o campesinato. Não virá com a Reforma Agrária votada no Parlamento burguês e nem das dádivas dos latifundiários. Será parte da revolução social no

país. Nesse sentido, a construção dos organismos próprios da classe, como, no caso, os comitês agrários, são fundamentais para a elevação da consciência política de uma massa enorme de camponeses despojados da terra.

Enquanto o movimento camponês permanecer isolado e sob o controle dos reformistas (principalmente da Igreja) seguirá sem a independência de classe. Será alvo frequente da repressão policial e política do Estado, sem que possa se auto-defender e avançar num movimento revolucionário no campo. O POR tem levantado a bandeira de uma Frente única dos Explorados contra a fome, desemprego, falta de moradia e terra. A unidade do movimento camponês com o operário é uma tarefa essencial para avançar a luta de classe no país e destruir o regime que esmaga milhões de trabalhadores do campo e da cidade. Formemos a frente dos explorados e defendamos com os métodos próprios da classe o direito à terra, ao salário, ao emprego e a moradia.

Lutemos intransigentemente em defesa da vida dos lutadores da classe operária e camponesa. Que os sindicatos, CUT e todo movimento popular lancem uma ampla campanha nacional pela liberdade de: Lourival Castilho Pimental, Adelir Pazenhagem, Agnaldo dos Santos, Ademir Motta de Oliveira, Dorival de Mello, Sebastião Silvano e Mauro Mendes Fonseca. Não deixemos nas mãos da justiça burguesa o destino desses líderes camponeses. Organizemos as manifestações pela liberdade de nossos companheiros!

Campanha do Comitê pela Libertação dos camponeses

Moção de repúdio e exigência de soltura imediata dos camponeses presos desde o último dia 6 de março, por ocasião da ocupação da Fazenda Santana, no Estado do Paraná

Trata-se de um problema social de elevada importância, que se arrasta no Brasil por várias décadas. É um fenômeno próprio da formação do país com características latifundiárias.

Todos os países desenvolvidos resolveram esta problemática com a reforma agrária, reforma esta que, devido ao caráter do desenvolvimento nacional, fica impossibilitada sem as devidas mudanças estruturais.

A não solução desta medida democrática acarreta como consequência as ocupações e os constantes conflitos de terra no campo, com a formação de milícias paralelas ao Estado de que se vale a UDR. Por outro lado, milhares de sem-terra, sem as

mínimas condições de sobrevivência, são obrigados a ocuparem as terras, que estão sem nenhuma ocupação efetiva, passando assim a serem seus legítimos possuidores. Resolver estes conflitos como caso de polícia é, no mínimo, irracional. Por isso, temos que repudiar sempre.

Não às prisões dos agricultores!

Que a libertação se dê imediatamente!

Que se coloque fim aos processos!

Que as terras seja repassadas aos ocupantes legítimos que as tornarão produtivas e altamente social!

Comitê contra a opressão política e social saúda os agricultores

Liberdade imediata para todos!

Morro do Samba:**A luta deve continuar**

Realizou-se a caravana ao Palácio do governo. Participaram 800 companheiros. Sairam da área 8 ônibus lotados. Foi uma demonstração importante da união e da vontade política de pôr fim às promessas de Fleury.

Apesar do cerco policial e das quatro horas e meia de espera, o governo recebeu a comissão. Foi afirmado que existe no Fórum de Diadema o processo de desapropriação da área. Isso afasta a possibilidade imediata de reintegração de posse por parte do proprietário. O Estado tem a posse e se discute na justiça o valor da terra. Porém, segundo o representante do governo, a viabilidade dos ocupantes permanecerem no local dependerá de um parecer da CETESB, que em 1991 julgou a área como

imprópria para residências.

Essa é uma grande desculpa do governo, pois em Diadema as condições de moradia são muito precárias. As casas são construídas em meio à grande poluição das indústrias. Nas proximidades do Morro do Samba, o governo está construindo um hospital. O que evidencia a enrotação de Fleury em liberar imediatamente a área.

Diante de tal situação, o movimento avaliou que deve se preparar para enfrentar a CETESB. Se for preciso, organizaremos caravanas para pressionar tal organismo. Não cruzaremos os braços. A posse da terra exigirá mais organização e ainda muita luta.

VICUNHA COMPRA PARTE DA CSN

A Vicunha, em consórcio com o Bradesco, Bamerindus e Vale do Rio Doce, comprou a maioria das ações da CSN.

De onde vem o dinheiro? Certamente é da grande exploração que a Vicunha impõe aos operários, arrochando os salários, exigindo que os operários trabalhem mais rápido para aumentar a produção, impondo o trabalho noturno de mulheres para pagar menos, submetendo os operários ao trabalho que implica riscos de vida, atrasando o pagamento do vale transporte, descontando meia hora do almoço, demitindo operários e contratando outros por salários menores ainda e outras irregularidades.

Uma empresa que explora violentamente os seus escravos não tem condição de modernizar a CSN, como afirmam os jornais. Ao contrário, imporá essa mesma política escravizante aos operários da CSN.

Os operários e operárias não devem aceitar essa mentira dos patrões e de seu governo Itamar de que é melhor a privatização para modernizar, pois eles sabem que nada disso acontecerá. Na realidade essa modernização não passa de uma fraude, pois o que estão fazendo é entregar mais uma empresa nacional para as mãos dos capitalistas estrangeiros para que eles possam aumentar mais ainda seus lucros, como também mandarem mais ainda no país.

Os trabalhadores devem começar a lutar contra a entrega das estatais para as empresas multinacionais, pois são base da economia nacional. E só existe uma forma de luta: a organização das greves. Além disso, devemos tirar o controle das estatais das mãos dos capitalistas e colocá-lo sob o controle dos que nelas trabalham. Isso de fato representa a luta contra as privatizações, e não a mera batalha judicial, como tem feito os demagogos e impotentes nacionalistas.

Com a compra da CSN pela Vicunha, os operários têxteis deverão exigir melhores salários, pois os cofres dos patrões estão abarrotados à custa da miséria dos assalariados.

Crianças fazem protesto exigindo moradia e saúde

A Pastoral do Menor realizou uma grande protesto com menores de creches e centros comunitários da periferia. A manifestação de cunho religioso trouxe à tona a miséria em que se encontram grande parte das crianças de São Paulo.

Os depoimentos colhidos durante a manifestação revelam a pobreza dos bairros operários, com falta de moradias, saúde e educação. Demonstrou os assassinatos cometidos pela polícia aos menores de rua. Evidenciou, mais uma vez, a situação em que se encontram os menores na Febem, vítimas de espancamentos e mal-tratos. Por outro lado, também, serviu para pôr às claras a situação das crianças que vivem nas ruas cheirando cola e esmalte para matar a fome.

Cada depoimento desse faz parte da história dos próprios manifestantes. Por exemplo, o garoto que cheirava cola porque "não tem onde ficar e nem o que comer" e a menina que gritava contra os abusos da polícia porque sofria na

pele tais abusos. Os quatro mil menores eram o retrato vivo da situação da criança na metrópole paulista. Ou seja, não estão na escola, não têm moradia, saúde e muitos são filhos nascidos na rua.

Essa situação gritante dos menores reivindicando melhores condições de vida não pode permanecer no quadro da Via Sacra religiosa. O protesto para ganhar força necessita da ação dos trabalhadores organizados nos sindicatos, associações e Centrais. Ou seja, capazes de paralisarem a produção e exigirem efetivamente o atendimento das reivindicações. A defesa da Campanha Nacional de Luta, isto é, a mobilização nacional pelas reivindicações elementares da classe operária é um passo fundamental para que esse movimento ganhe a unidade com os setores produtivos. Os problemas das crianças são os mesmos das massas oprimidas. Lutemos juntos contra essa brutal exploração.

Formação do Comitê de desempregados

Estamos convidando os companheiros a participarem de um reunião para discutir da criação do comitê de desempregados. Faremos a reunião na Sede da Sociedade Amigos Vila Santa Maria, na Rua Divina Pereira Chaves, n.16, no bairro de Serraria em Diadema.

A importância da reunião se dá pela extrema dificuldade que estamos atravessando. Aqueles que estão empregados ganham salários muito baixos e, por isso, não conseguem comprar nem a alimentação necessária para a família. Os desempregados estão na penúria, não tem condições de nem sair de casa para ir atrás de emprego.

Nos últimos tempos não há emprego. As fábricas continuam demitindo. Em São Paulo os desempregados já somam mais de 1 milhão e 700 mil trabalhadores. Em Diadema a situação é a mesma, algumas fábricas pequenas já fecharam e as grandes continuam demitindo. Essa situação de recessão econômica tende a aprofundar e, com isso, o desemprego aumentará.

Por isso, estamos convidando os companheiros para essa reunião para discutir uma forma de organização dos desempregados. Não podemos permanecer isolados e em casa. Precisamos exigir que a CUT, Sindicatos e o movimento popular em geral não se calem diante da mutilação da força de trabalho.

Participe conosco da formação do comitê dos desempregados. Vamos lutar juntos pelo emprego a todos e pelo salário mínimo real.

Professores Municipais

Os professores municipais estão apreensivos com a política salarial do prefeito Maluf. Os reajustes aplicados são sempre retroativos ao mês anterior e abaixo da inflação. O descontentamento é grande, pois em março não receberam reajuste nenhum e, até o momento, não existe concretamente qualquer deliberação por parte do governo que garanta seus vencimentos.

De Maluf não há que esperar nada. Seu compromisso é aplicar a política de sucateamento das escolas, arrojando os salários e utilizando as verbas públicas na construção de obras faraônicas em prol de sua candidatura presidencial em 1994.

As paralisações dos dias 4 e 11 de março foram insuficientes para enfrentar a política do direitista Maluf. Este, além de não pagar os salários devidos, decreta ameaças de repressão ao movimento. Haja vista a circular emitida proibindo as manifestações políticas dos funcionários municipais. Maluf imprime o método fascista para barrar o descontentamento.

A diretoria do Sinpeem tem se colocado contrária a preparação da greve. Porém, será pressionada pelo terrível arrocho e crescente descontentamento dos professores. Devido às posições da direção do sindicato, o movimento está muito tímido. Uma prova foi a pequena participação na manifestação do dia 16.

Há que reverter esse quadro. Maluf continuará quebrando a educação municipal e ameaçando os manifestantes. A única via é a organização da classe. Por isso, a campanha da data base em maio terá que colocar na ordem do dia a greve por tempo indeterminado. Devemos nos preparar e chamar, desde o início, a unidade com outras categorias que também estão em campanha salarial. Negar a organizar a luta significará dar mais trégua ao malufismo.

Apeoesp: Por uma nova direção

A corrente política Articulação dirige a Apeoesp há mais de 12 anos. Nessa trajetória, foi pouco a pouco se burocratizando. Utilizou do aparelho sindical para trampolim parlamentar, já fez deputados e vereadores. Levou para o seio da classe a política reformista do PT, negando, na prática, a luta de classe e a substituindo pelas pressões inócuas no Parlamento. Criou mecanismos contrários à democracia operária, ou seja, instituição da comissão de ética para reprimir os seus opositores. Modificou os estatutos da entidade para alargar o tempo de permanência no sindicato, de dois anos de gestão passaram para três. Fez das assembleias gerais uma instância antidemocrática, restringindo as intervenções e atacando autoritariamente aqueles que divergem. Utiliza o Conselho de Representantes burocratizado para aprovar suas propostas anticlassistas. É, portanto, uma direção oportunista, burocrática e profundamente antidemocrática.

A posição política da diretoria da Apeoesp é a mesma da ala majoritária da CUT. Nos últimos anos defende abertamente a colaboração de classe. A prova mais evidente é a ampla negociata que vem sendo feita no interior das Câmaras Setoriais. Em nome dos trabalhadores, se realiza o acordo com os patrões e o governo. Em nome dos professores e da escola pública, busca o apoio dos empresários da Fiesp, do PNBE e PNDB. Trata-se da mais clara negação da organização, da mobilização direta dos trabalhadores e sustentação da convivência pacífica com o patronato e o governo. Pregam no interior do movimento a conciliação entre o capital e o trabalho.

A luta pelas reivindicações elementares, como o salário mínimo real por 20 horas de trabalho, os reajustes automáticos, a reposição das perdas salariais, o combate intransigente pelo fim da rede privada de ensino e a defesa da escola pública e gratuita a todos, foi efetivamente abandonada. A tática de conquista dessas necessidades básicas, que passa pela organização da classe,

greves, ocupações, etc foi substituída pelas Mesas-Redondas, seminários com os setores da "sociedade civil", que são privatistas. Essa direção utiliza o magistério para pressionar o governo e sensibilizar a sociedade com o intuito de apenas conseguir algumas migalhas salariais. Por isso, diz que o prático e correto é buscar aquilo que é possível de se obter. O que evidencia o abandono das reivindicações históricas e, acima de tudo, a negação dos métodos genuínos de luta de classe.

Como se vê, essa direção está no campo oposto às necessidades dos trabalhadores em Educação. A Apeoesp precisa de uma nova direção. Porém, uma direção assentada nos princípios da democracia proletária. Que tenha o vínculo direto com a classe (que não se afaste da sala de aula). Que se oponha radicalmente à política de colaboração. Que tenha como tática os métodos próprios dos trabalhadores (greves, manifestações, ocupações). Que leve a política proletária para o seio do magistério. Que faça do sindicato um organismo de luta revolucionária contra o Estado, os partidos burgueses e reformistas. Essa nova direção deve ser diametralmente oposta à política da Articulação. Portanto, que tenha no seu programa o combate ao governo burguês de Itamar, os planos antinacionais e antipopulares ditados pelo imperialismo. Que levante a bandeira pelo fim desse governo e instauração do governo operário camponês, fruto da ação das massas.

O programa do movimento de oposição à diretoria da Apeoesp, a ser concluído na Convenção de 25 de abril, deve expressar a política classista. A Corrente Proletária na Educação participa desse movimento defendendo os princípios fundamentais do sindicalismo revolucionário. E é com esse objetivo que participará na Convenção. A luta contra a burocratização, o oportunismo eleitoral, as manobras demagógicas e a colaboração de classe deve ser duramente defendida e praticada.

Brahma desativa duas fábricas em SP e Minas

A cervejaria Brahma fecha duas unidades, a do bairro Paraíso (SP) e a do município de Nova Lima (MG). A fábrica do Paraíso funcionava desde a década de 20 e foi fechada, segundo os donos, por problemas ambientais e de racionalização da produção. A de Minas foi considerada obsoleta, devido à queda do consumo na região e os altos impostos-ICMS (o ICMS é de 25%, isto é, superior a SP que é de 18%).

Porém, os patrões da cervejaria afirmaram que o fechamento das fábricas não vai significar qualquer corte na produção. Ao contrário, a empresa está construindo nova fábrica em Santa Catarina e ampliando outras.

Essa prática de fechar unidades vem sendo feita já há algum tempo. Em 1992, a Brahma fechou três fábricas, duas no Rio e outra em Rio Claro (SP). Nem por isso teve redução dos lucros. Só no ano passado obteve um faturamento de 1,9 bilhão de dólares.

Como se vê, o fechamento das fábricas só causa danos aos operários. Esses sim são demitidos. A desativação dessas cinco unidades já causou a demissão de 900 trabalhadores. Grande parte permanece e permanecerá desempregada por longo tempo. Com certeza se somarão aos 15 milhões de desempregados e subempregados do país. Farão parte do exército de reserva que o sistema de exploração do trabalho cria e amplia cada vez mais.

Os patrões estão sempre se organizando para que a recessão não os atinja em cheio. Por isso, fecham fábricas, concentram a produção, aumentam a exploração do trabalho, etc. Os operários recebem sobre às costas o duro peso da crise.

A paralisia das direções sindicais tem impossibilitado uma ação organizada contra essas medidas patronais. A reação dos operários diante das demissões só pode ser a ocupação e o controle operário da produção. A ocupação não só das unidades que estão fechando, mas de todas as unidades. Somente a paralisação da produção pode reverter essa penosa situação em que se encontra a classe operária.

Metalúrgicos de Osasco:

É necessário construir uma direção de luta que impulse a organização da campanha salarial

Ao longo de sua existência, a direção do sindicato dos metalúrgicos de Osasco, ligada à Força Sindical, empenhou-se em fazer acordos que beneficiassem apenas os empresários. A política desses burocratas baseia-se em barrar qualquer movimento reivindicatório dos operários, mesmo pelas reivindicações mais elementares, como salário mínimo do DIEESE, não às demissões, etc.

Essa burocracia sindical, assim como outras de vários sindicatos, mantém-se acima da classe e destrói qualquer movimento. Essa direção precisa ser destruída rapidamente, antes que a classe seja mutilada pelos patrões. É inviável qualquer apoio a essa direção que representa os interesses dos burgueses no movimento operário. É preciso que a classe retome o controle do sindicato em suas próprias mãos para poder avançar a luta do conjunto dos operários contra a política de fome imposta pelo empresariado.

Para isso é preciso organizar as frações revolucionárias no interior das fábricas, que são organismos clandestinos aos patrões, que discutem com os operários um programa claro de luta, baseado nas reivindicações como salário mínimo do DIEESE (hoje deveria ser de 10 milhões), emprego a todos, reposição de todas as perdas salariais, etc, que impulsionem a organização das greves com ocupação das fábricas. Ao mesmo tempo que procurem mostrar aos operários que devem exigir que o sindicato chame assembléia geral para que o conjunto da categoria organize a campanha salarial, pois a data base em maio e até agora a burocracia sindical não chamou a assembléia. Ao contrário, os pelegos do sindicato procuram iludir os operários com a estória de entrar com processo na justiça para pegar o FGTS, coisa que os operários também perderão caso fiquem apenas aguardando o resultado, pois a justiça que julgará é a mesma que vem arrojando os salários, permitindo o desemprego, etc.

É através da assembléia que os operários decidem quais são as reivindicações e as formas de luta a ser desenvolvidas durante a campanha salarial, e portanto retiram-na do controle da diretoria pelega. É na organização da luta da categoria contra os patrões que a diretoria traidora vai mostrar abertamente seu papel de freio e de compromisso com os patrões.

Para enfrentar esses burocratas à serviço da burguesia é necessário o mais rápido possível uma enorme campanha de denúncia nas portas das fábricas e a defesa das reivindicações vitais da classe. Sem esse trabalho de base é impossível a tomada do sindicato pela classe e a derrota da burocracia.

Por um salário mínimo real!

! não às demissões!

Pur uma campanha salarial forte e unificada!

Por uma greve geral por tempo indeterminado!

Abaixo a Força Sindical vendida!

Metalúrgicos Unidos

Crato (Ceará): Onde está a democracia sindical petista?

O diretor Siebra do Sindicato dos Trabalhadores de Serviço Público Federal no Estado do Ceará (SINTSEF) em carta pública faz uma grave crítica à censura realizada no interior da diretoria.

Em sua denúncia diz: "O fato é que, ao contrário do que muitos possam imaginar, existe censura no SINTSEF. Um exemplo disso é a publicação truncada, no jornal do SINTSEF, da matéria intitulada: Governo Itamar; nenhuma mudança, inclusive na CUT. Essa matéria foi escrita pelo companheiro Siebra, diretor do SINTSEF e tratou-se de uma matéria que faz sérias críticas ao Partido dos Trabalhadores e à própria Central Unica dos Trabalhadores. Atribui o problema da paralisia da CUT ao fato de a mesma seguir a orientação política do PT, uma política conciliadora, e afirma que a solução para o problema do imobilismo no movimento sindical no Brasil e no mundo é a construção de partidos revolucionários".

O artigo com esse conteúdo vinha assinado por Siebra como simpatizante da Tendência pelo Partido Operário Revolucionário. Ocorre que os responsáveis pelo jornal se acharam no direito

de censurar a assinatura da T.POR, colocando apenas o nome do diretor. Entretanto, nesse mesmo jornal, na mesma página, foi publicado um artigo intitulado "O Novo-Velho Governo Itamar e a Opinião Pública", assinado pelo diretor Anibal, acompanhado da indicação de ser coordenador do núcleo do PT dos Servidores Públicos Federais.

Como vemos, o nome da Tendência pelo Partido Operário Revolucionário não pode sair assinado por um diretor simpatizante, mas a sigla do PT está franqueada, por ser a corrente majoritária na direção do sindicato. Esta censura e discriminação é própria das burocracias autoritárias, que desrespeitam a mais elementar liberdade e de expressão. Os petistas que se julgam campeões da democracia, quando se trata de preservar a verdadeira democracia sindical, são os primeiros a pisoteá-la.

Por isso, a carta-denúncia de Siebra termina com as bandeiras de: "Abaixo a burocracia sindical; "Pela liberdade de expressão" e "Pela Formação de uma fração Proletária no SINTSEF".

França:

Vitória da direita emperrará mais ainda a unificação européia

Os gaullistas e liberais venceram as eleições na França com o maior índice de votação obtido por uma frente desde 1815: conquistaram 484 das 577 cadeiras do parlamento e derrotaram as principais lideranças do partido socialista, que sequer venceram em seus distritos. A população francesa rejeitou a política do governo "socialista" de François Mitterrand (uma política com conteúdo claramente neoliberal, privatista), que levou ao desemprego mais de 10% da força de trabalho francesa (3 milhões de assalariados), à alta na inflação e ao crescimento zero. O partido majoritário, que indicou os nomes do primeiro-ministro e do presidente da Assembléia Nacional, defendeu no último plebiscito sobre o tratado de Maastrich o Não, que impedia a unificação européia, protegendo os produtores franceses, principalmente agrícolas, da concorrência das potências vizinhas e norteamericano. O que significa que o governo, apesar de contar com um ministério dividido entre partidários do Sim e do Não, será predominantemente opositor à unificação. As primeiras medidas do novo governo já se encaminham na direção de um novo código de nacionalidade, de imigração e da segurança pública, medidas de conteúdo claramente nacional-reacionária.

A derrota de Mitterrand dificultará a unificação européia e agravará a crise sobre os acordos de comércio. O que mostra que a crise capitalista tende a se agravar. Não existe nenhuma possibilidade do novo governo superar a crise nacionalmente no marco da recessão mundial. Por outro lado, não poderá atender às pressões americanas e vizinhas para cortar subsídios aos produtores internos e abrir a economia. A guerra comercial continuará levando mais milhões para a miséria absoluta enquanto os países imperialistas estão bufandode superprodução. O proletariado e a classe média, que vem se arruinando, deverão reagir com grandes movimentos contra o governo burguês. A retomada de luta massivas, como é de tradição do proletariado francês, colocará em marcha a construção do partido revolucionário. A derrocada da social-democracia e do estalinismo para a direita burguesa acelerará o processo de crise do regime político. As massas terão de acordar rapidamente, chocando-se com o novo governo reacionário.

Corrupção deixa Itália sem governo

Os recentes escândalos de corrupção no interior do governo italiano tem duas conseqüências:

A demonstração de que o ex-primeiro ministro e senador vitalício Giulio Andreotti, que governou o país por sete mandatos, é um dos chefes da Cosa Nostra (a Máfia), e que o ex-presidente da Suprema Corte de Justiça era o encarregado de livrar de qualquer pena os mafiosos (livrou mais de 400 da prisão) mostra a podridão crônica do governo burguês. Quando os dirigentes dos principais partidos que governaram o país nas últimas décadas estão com prisão decretada ou sob investigação, pode-se ver claramente que a corrupção é um dos alicerces do Estado Burguês. Quando toda essa lama vem à tona, é porque a burguesia está profundamente dividida pela crise econômica que atinge seus interesses, e está em luta para ver quem vai quebrar e quem vai sobrar. Isso reflete-se, inclusive, na proposta de reformulação partidária, que prevê a impossibilidade de pequenos partidos elegerem representantes no parlamento, e que vai limitar o controle do Estado a alguns poucos partidos, centralizando o poder burguês e excluindo setores minoritários. O objetivo é erguer um governo de características mais autoritárias, para enfrentar a crise e os problemas decorrentes da unificação européia.

O segundo é a praticamente dissolução do governo. Sem base de apoio, o governo está sendo sustentado apenas com o objetivo de encontrar um acordo que viabilize a formação de novo gabinete, com o apoio do ex-PCI (agora PDS) e de outras forças mais à direita. É assim que o parlamentarismo resolve as crises: através dos conchavos entre os partidos burgueses. Para isso contam com a colaboração de direções sindicais traidoras, como as das centrais sindicais italianas, que convocaram uma greve geral que mobilizou 15 milhões de trabalhadores por apenas 4 horas em protesto contra o desemprego e a alta inflacionária, quando tinham todas as condições para uma greve prolongada, que poderia pôr abaixo o governo e impor reivindicações das massas.

A podridão do Estado burguês não pode ser resolvida por reformas. O proletariado precisa pôr abaixo essa estrutura baseada na corrupção e que mantém a exploração do trabalho, e erguer em seu lugar um Estado que esteja nas mãos das massas, e que lute para acabar com a exploração de classe, o Estado Operário, saído da Revolução.

**Contribua financeiramente para a construção do Partido
Revolucionário**

Yeltsin busca apoio no imperialismo para manter-se no poder

Prossegue a luta política entre o presidente da Rússia Boris Yeltsin e o Parlamento Russo, controlado pelos estalinistas mais ortodoxos. Após a tentativa de Yeltsin de aumentar de um golpe seus poderes para acelerar a privatização da economia russa e a introdução da economia de mercado, o parlamento conseguiu anular sua tentativa de monopolizar os meios de comunicação, e ampliou o caráter do plebiscito que julgará o apoio popular de Yeltsin, anexando à cédula uma questão onde o eleitor indicará sua aprovação ou não às reformas pró-capitalistas que têm jogado 70% da população russa na miséria absoluta. Além disso, impuseram a Yeltsin a demissão de seus 66 representantes pessoais nas regiões, projetando para o interior do país o confronto travado entre Yeltsin e o parlamento, e aprovaram a indexação das cadernetas de poupança, que com seu método capitalista trará dificuldades ao governo para controlar a crise econômica. Assim, apesar de ter sobrevivido por pouco à tentativa de impeachment no último dia 28, Yeltsin encontra-se fortemente ameaçado pela rejeição popular à sua política restauracionista.

Yeltsin e o parlamento, dirigido pelo estalinista Khasbulatov não têm discordância de princípios quanto ao processo de restauração capitalista na Rússia. São todos pró-capitalistas. Disputam entre si os resultados da privatização da economia, ainda na sua maioria sob controle estatal. Khasbulatov expressa os interesses da burocracia que dirige as estatais e que não tem condições de adquirí-las imediatamente, por isso defendem mais moderação na via rumo ao capitalismo. Tanto Yeltsin quanto os burocratas

estão ligados, de uma outra forma, a grupos econômicos organizados. Como na Rússia não existe ainda um setor privado significativo que possa se aliar a um dos lados, cria-se o impasse: de um lado, Yeltsin, apoiado pelo imperialismo americano e europeu (e pressionado pelas potências), tenta acelerar a restauração, mas se choca com as massas. De outro, os burocratas do Congresso temem perder os privilégios e pretendem sair do processo como elementos integrantes da nova burguesia russa. Como não há divergência de princípio, o que predomina é a tentativa de acordos, mesmo que sob a base de forte pressão. As manobras de Yeltsin e do parlamento visam claramente um entendimento que exclua as massas e divida o bolo entre a burocracia, integralmente pró-imperialista. Por isso Yeltsin, Khasbulatov e o presidente do Tribunal Constitucional, Valeri Zorkin, negociavam sem cessar, pouco antes da sessão do parlamento que votaria o impeachment, e se uniram contra a destituição de Yeltsin. Mas a divisão é tão grande que o próprio Khasbulatov quase é destituído.

Assim, a instituição da votação sobre a política econômica de Yeltsin abre uma nova via de acordo interburocrático, com a possibilidade de derrota da política de Yeltsin mas com sua permanência, ao menos provisoriamente, no governo. Com isso, haveria condições de, mantendo o apoio imperialista, conter as tendências centrífugas no interior da burocracia através do abrandamento do ritmo das reformas econômicas.

Mas isso não contempla os interesses imperialistas: o encontro de Yeltsin com Clinton mostrou que o

imperialismo não pretende soltar dinheiro sem consequências imediatas em termos de criação de mercado para a sobreprodução imperialista. A liberação de uma ajuda imediata de 1,6 bilhão de dólares e o fim das restrições às importações de produtos russos para os EUA colocam-se condicionalmente à aceleração das reformas econômicas, conforme já haviam colocado na semana anterior o Banco Mundial e o FMI. A defesa americana da entrada da Rússia no GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) tem por objetivo aumentar a pressão pela abertura de mercado russo. Clinton dá um respiro econômico a Yeltsin porque pretende impulsionar o setor mais francamente pró-imperialista da burocracia. Clinton precisa abrir o mais rapidamente possível a economia russa, e os adversários de Yeltsin são um obstáculo ao ritmo pretendido por ele.

As manifestações contra a política pró-capitalista de Yeltsin encontram sua limitação na ausência de um partido que aponte para a defesa das conquistas da Revolução Russa, para a Revolução Política que derube os burocratas usurpadores e para a Revolução Socialista Mundial, sem a qual não será possível acabar com a ameaça de restauração capitalista nos países onde o proletariado já chegou a tomar o poder. Mas certamente as massas desconformes com os resultados da política pró-capitalista aproveitarão da divisão da burocracia para se projetar em luta. O choque do proletariado contra os objetivos da burocracia e do imperialismo chamará a atenção para a necessidade da reconstrução do partido leninista-internacionalista.

Reconstruir a IV Internacional!

Revolução Política nos Estados Operários Degenerados em Restauração Capitalista